

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PELA IGUALDADE DE GÊNERO: PROJETO BRASIL-ÁFRICA

Marina Bezerra S. de Oliveira¹

RESUMO

Ao longo dos anos, a luta das mulheres pela inclusão totalitária e igualitária na sociedade vem ganhando destaque, inclusive no cenário internacional. Observa-se que diversos países sofrem complexidades semelhantes em tal problemática, o que pode gerar, por exemplo, esforços conjuntos em busca de soluções para amenizar as dificuldades. A partir de tal perspectiva, o presente artigo tem como objetivo, com base na revisão bibliográfica em fontes originais e secundárias, elucidar questões acerca da cooperação internacional pela igualdade de gênero, com um recorte no Projeto Brasil-África, um programa que abrange o empoderamento e inclusão da figura feminina a partir do compartilhamento de experiências políticas com os países envolvidos. Logo, buscou-se abranger a origem, o panorama dos Estados parceiros, a forma na qual tal cooperação se desenvolveu e, por fim, seu impacto na população.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero, Cooperação Internacional, Brasil, África, empoderamento feminino, feminismo.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observa-se que as discussões acerca de grupos excluídos socialmente, politicamente e economicamente aumentaram. Vêm sendo desenvolvidos espaços para que tais grupos possam se articular e posicionar suas causas em cada temática que os compreendem na sociedade, como é o caso das discussões sobre gênero. Muito se sabe acerca de como as mulheres foram, e em muitos contextos atuais continuam sendo, subjugadas de decisões importantes da sociedade, de forma a privilegiar a figura masculina. Nesse sentido, no intuito de globalizar o debate e compreendendo o desafio estrutural enfrentado, a Organização das Nações Unidas (ONU) em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 adicionou a busca por igualdade de gênero dentre as metas estabelecidas.

A priori, a Agenda 2030 é um plano de ação adotado pelos 193 países-membros da ONU no intuito de erradicar a pobreza mundial, partindo por metas específicas com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável até 2030. Integra o documento 17 objetivos, os ODS, e 169 metas, que corroboram em três dimensões: econômica, social e ambiental. Nesse sentido, o quinto

ODS de tal agenda abarca a temática de igualdade de gênero, dispondo sobre “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (AGENDA 2030, 2015).

Delimitando tal escopo, a ONU afirma que agir em prol da igualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento mundial, evidenciando a importância de ações afirmativas voltadas para as problemáticas enfrentadas por mulheres e meninas. Desse modo, nesse ODS, foram desenvolvidas nove metas globais que abarcam diversas temáticas da desigualdade de gênero, como violência, saúde reprodutiva, acesso à informação, direito a serviços, recursos e terras, assim como práticas nocivas, como casamento prematuro e mutilação feminina.

A partir de tal perspectiva, o Brasil, sendo um importante membro já no desenvolvimento de tal ODS, contribuiu com posicionamento assertivo em busca da evolução de tal temática na preservação dos direitos humanos (IPEA, 2019). Nesse contexto, observa-se no cenário internacional que o governo brasileiro vem trabalhando conjuntamente em projetos voltados para igualdade de gênero, como é o caso do projeto Brasil-África. Assim, o presente artigo busca compreender a importância da discussão acerca de políticas de

gênero em relação à cooperação internacional, de modo a delimitar um debate acerca da relevância de programas de empoderamento e desigualdade de gênero, assim como identificar os possíveis resultados e impactos da iniciativa supracitada.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO

Na obra *After Hegemony*, Keohane (1984) afirma que cooperação se refere a ações, individuais ou coletivas, com o objetivo de gerar conformidade em um ambiente que não há harmonia, ou seja, o autor pressupõe que em caso de objetivos em comum e nenhum ajuste a ser estabelecido, não é necessário tal prática. Nesse sentido, entende-se que, diferente do senso comum, a ação de cooperar não significa ausência de conflito, mas sim uma resposta a ele. Dessa forma, Keohane (1984) afirma que cooperação internacional pode ser definida como coordenação política, no qual os governos envolvidos ajustam seus ideais no intuito de realizar os próprios objetivos.

Assim, observa-se que em hipótese de Estados sofrerem problemas semelhantes, tais atores podem utilizar da cooperação como instrumento de tentativa de resolução de problemas, de modo a respeitar a soberania dos envolvidos e compreendendo que tais

ajustes, ao final, facilitam o processo para realização de objetivos. Tal processo pode ser definido como cooperação intergovernamental. Além disso, outros fatores que podem influenciar um país para cooperar com outro Estado ou organização pode ser a aspiração de influência, credibilidade e posicionamento internacional.

Nessa perspectiva, em relação a temática de cooperação internacional pelo desenvolvimento, as motivações se mantêm. Logo, são comuns projetos voltados para cooperação em prol dos direitos humanos, a partir da cultura do país doador, seja em aspectos financeiros, tecnológicos, de pessoas ou teóricos (TORRONTÉGUY, 2010). Paralelamente a isso, compreende-se que discussões acerca de direitos humanos são conflituosas e de difícil ação. Dessa forma, de acordo com Marco Torronteguy (2010), entre o discurso e a atuação, há um amplo espaço que muitas vezes é difícil de preencher, tendo em vista a ausência de um poder coercitivo. Nesse sentido, os países utilizam da cooperação como ferramenta de coordenação de ação para efetivação de ideias.

Para realizar tal coordenação, como supracitado, países com problemáticas em comum, cooperam. Com essa congruência, conseguem debater, gerir experiências e compartilhar conhecimentos técnicos acerca dos

setores em questão, como é o caso da temática de gênero. A interlocução entre cooperação internacional e igualdade de gênero alcançou a agenda internacional de diversas instituições, por exemplo, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), inserindo a temática, por exemplo, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a Agenda de 2030, relacionando a luta das mulheres com justiça social, pobreza, fome, crescimento econômico e desigualdade (KONE, 2019).

A partir das construções sociais, as mulheres ao longo dos séculos foram enquadradas e determinadas a seguirem normas das sociedades que lhes eram impostas. Assim, impedidas de exercerem papéis centrais na sociedade, os espaços cedidos às mulheres eram restritos, questão essa refletida até os dias atuais. Com a perpetuação de tal discriminação, no panorama atual, há o processo de busca e luta pela autonomia e libertação das opressões designadas, a fim de construir ambientes que reneguem todas as formas de violência de gênero (SARDENBERG, 2009). Para tanto, percebe-se a importância da inclusão da discussão sobre gênero como objetivo para uma sociedade

sociedade internacional desenvolvida.

Assim, de acordo com Maiara Folly e Renata Giannini (2017), igualdade de gênero é a possibilidade de que mulheres, homens, meninas e meninos tenham direitos iguais, além de controlar suas próprias vidas e possuir acesso a serviços, educação e saúde. Nesse contexto, os países e instituições, compreendendo a relevância de ações em prol da igualdade entre homens e mulheres, trabalham em conjunto no intuito de elaborarem políticas públicas que se ajustem às realidades e peculiaridades de cada região, haja vista que apesar de ser um tema global, a violência de gênero se ramifica e abrange inúmeros métodos a partir de culturas e construções sociais divergentes. Nesse sentido, compreende-se que projetos regionais voltados para tal temática englobam a importância do tema e sua atuação, caso do Projeto Brasil-África - Igualdade de gênero: inovações e potencialidades na Cooperação Sul-Sul Trilateral.

PROJETO BRASIL-ÁFRICA: A IMPORTÂNCIA DE PROJETOS REGIONAIS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O GÊNERO

Desenvolvido de uma iniciativa conjunta dos governos do Brasil e Moçambique, com apoio técnico do

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da ONU Mulheres, o projeto Brasil-África possuiu como objetivo central o compartilhamento de experiências acerca da construção de políticas públicas brasileiras para impulsionar a igualdade de gênero. Tal estratégia foi construída no panorama de que as complexidades enfrentadas por Moçambique se assemelham dos desafios brasileiros, enquanto as temáticas de enfrentamento à violência de gênero, empoderamento econômico e sistematização de indicadores sociais (ONU MULHERES, 2017).

A delimitação do projeto foi realizada pelo governo moçambicano, de forma a indicar no escopo de atuação às problemáticas mais complexas e urgentes no país em relação à figura feminina, como proteção social, empoderamento econômico das mulheres e enfrentamento à violência contra mulheres. Dessa forma, entre 2015 e 2017, o projeto focou em objetivos distribuídos em contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais das autoridades moçambicanas para o enfrentamento intersectorial e integrado à violência de gênero, assim como capacitar para a formulação de políticas públicas eficientes e estratégias de promoção da autonomia econômica das mulheres (ONU MULHERES, 2017).

Contudo, é importante ressaltar que a história moçambicana é marcada por movimentos de resistência liderados por figuras femininas, que desempenharam papéis estratégicos na luta pela independência do país e pela emancipação feminina em espaços de poder. Logo, tal panorama resultou na construção de um conjunto de políticas públicas referentes a temática de gênero em Moçambique, assim como há pressão social acerca do problema.

Com esse propósito, no intuito de compreender os resultados obtidos, o Projeto Brasil-África categorizou as ações. Sendo assim, observa-se que um dos principais impactos alcançados foi o aprimoramento do compartilhamento de informações e conhecimentos sobre a temática a fim de aperfeiçoar a formulação e implementação de políticas públicas no Brasil e em Moçambique. Ademais, a segunda categoria de resultado compreende o acompanhamento das políticas sociais em Moçambique, com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais do país (DRUMMOND, 2020).

Nesse sentido, em relação aos objetivos expostos, no relatório produzido pelas entidades parceiras do Projeto Brasil-África reconheceram que no tocante à “ampliação das competências

institucionais de Moçambique para lidar com problemas de gênero, os países tiveram êxito em catalogar e disseminar políticas para a eliminação da violência contra as mulheres” (ONU, 2019). Além disso, consideram-se bem sucedidas as iniciativas de apoio aos movimentos sociais femininos, assim como o estabelecimento de uma agenda social voltada às problemáticas vividas pelas mulheres do núcleo rural, assim como no empreendimento de ações comunitárias.

Porém, apesar de ter demonstrado uma trajetória satisfatória em relação ao cumprimento dos objetivos e metas desenvolvidas conforme a necessidade de cada país, não foram disponibilizados, por parte das entidades envolvidas, índices ou parâmetro para que, de fato, houvesse comparação e comprovação dos êxitos alcançados pelo projeto Brasil-África. Contudo, segundo Drummond (2020), tendo em vista “as diversas atividades realizadas, os seus conteúdos abrangentes, e os muitos resultados e produtos obtidos em sua decorrência, pode-se assumir que o projeto foi acertadamente gerenciado e conduzido”. Logo, tal projeto evidencia a importância de que países com desafios semelhantes e objetivos em comum alinharem suas perspectivas e ações, com o escopo oferecido pela cooperação regional, como é o caso da

Cooperação Sul-Sul, que visa diminuir as assimetrias sociais através de um apoio horizontal, abarcando as particularidades dos envolvidos (SANTOS, CERQUEIRA, 2015).

CONCLUSÃO

Compreende-se que a cooperação internacional para o desenvolvimento em prol dos direitos humanos são processos complexos. A ausência de poder coercitivo que estabeleça normativos no cenário internacional resulta em tomada de decisão apenas por parte dos Estados e instituições em tais temáticas, que apesarem de serem globais, necessitam de ações específicas. Contudo, apesar das crescentes discussões e pressão social, o tema não é prioridade na agenda internacional, porém percebem-se iniciativas para que haja a evolução de políticas públicas eficientes, como é o caso da busca por igualdade de gênero.

Foi identificada a importância da discussão da temática que envolve mulheres, tendo em vista que as construções sociais ao longo dos séculos excluíram a figura feminina de papéis centrais, privilegiando os espaços de poder ao homem. Nesse sentido, no contexto atual, apesar dos avanços normativos e sociais, há ainda um longo caminho para que seja alcançada a igualdade de gênero e

empoderamento aos grupos femininos. Logo, a partir de tal problemática e compreendendo a importância de atuação efetiva, a Organização das Nações Unidas incluiu tal luta em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nessa perspectiva, observa-se um esforço por parte dos países para incluírem a temática em suas agendas, utilizando da cooperação internacional como forma de coordenação política, troca de experiência e conhecimentos para o desenvolvimento de ações de impacto. Para tal, cita-se o projeto Brasil-África, que por meio de cooperação Sul-Sul trilateral, desenvolveu ações em Moçambique, a partir do apoio do histórico de ações do governo brasileiro, haja vista que as problemáticas enfrentadas se assemelham, com o objetivo de ao longo prazo desenvolver políticas públicas eficientes e que se enquadrem na realidade das mulheres moçambicanas.

Assim, observando tal panorama, verificou-se a importância de projetos que abarquem as peculiaridades de cada realidade, de modo que, de fato, os desenvolvimentos de políticas façam a diferença na realidade dos grupos afetados. Por fim, ressaltou-se a importância de tais projetos regionais, que são possíveis, por exemplo, através da cooperação Sul-Sul, evidenciando a

relevância da coordenação política entre Estados com desafios e realidades semelhantes.

Notas

¹ Estudante de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília. E-mail: marina14oliveira@hotmail.com.

Referências

ABC MRE. **Brasil e Moçambique concluem projeto de Cooperação Sul-Sul sobre igualdade de gênero.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostr_arconteudo/823>. Acesso em: 15 nov. 2020

COSTA, Emanuela Baptista P. Projeto Brasil-África, **Igualdade de Gênero: Inovações e potencialidades na cooperação Sul-Sul trilateral:** O impacto na vida das mulheres e meninas em Moçambique. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14162/1/Emanuela%20Costa%2021653561.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DRUMMOND, Ana, Luiza Moreira. Projeto Brasil e África: efeitos da cooperação brasileira para a igualdade de gênero em Moçambique. **Perspectivas Revista de Ciências Sociais**, 2020.

FOLLY, Maiara. GIANNINI, Renata Avelar. **Em Busca da Igualdade de Gênero: boas práticas para a implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança.** Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/03/NE-24_Em-Busca-da-Igualdade-23-03-web.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IPEA. ODS 5: **Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar Todas as Mulheres e Meninas**. Disponível em: <encurtador.com.br/BFOW9>. Acesso em: 15 nov. 2020.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KONE, Hadja Rokia. **Desenvolvimento e Gênero na África Subsaariana: ODS e políticas de cooperação internacional**. Disponível em: <encurtador.com.br/ajkHJ>. Acesso em: 18 nov. 2020

ONU MULHERES BRASIL. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/cquIK>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ONU MULHERES; UNFPA. **Projeto Brasil e África Igualdade de Gênero: Inovações e Potencialidades na Cooperação Sul-sul Trilateral Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique**. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pubpdf/cooperacao-igualdade-genero.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. **Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, vol. 22, n.1. Rio de Janeiro. jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702015000100023&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 11 nov. 2020.

TORRONTGUY, Marco Aurélio A. **O papel da cooperação internacional para a efetivação de direitos humanos: o Brasil, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o direito à saúde**. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17400/2/7.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective**. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment. Pathways Working Paper 7. July 2009.